

**Ata da 8ª (sétima) reunião ORDINÁRIA do ano de 2026 do Comitê de Investimentos do
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Hortolândia –
HORTOPREV**

Aos vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e seis, às nove horas, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Hortolândia, nomeados pela Portaria nº 046/2026, a saber: o sr. **Jefferson Ribeiro de Freitas** e a srª **Carolina Saraiva Leal Brito** – representantes do HORTOPREV, o sr. **Cristiano Rezende Penha** e o sr. **Hélio Soares de Oliveira** - representantes da Secretaria Municipal de Finanças, na sede da autarquia, em sua sala de reuniões situada na Rua Alda Lourenço Francisco, nº 160, Remanso Campineiro, Hortolândia/SP. Participaram como ouvintes a Sra. Célia Regina de Freitas Pereira, Diretora Adm. Financeira e o membro suplente sr. Leonardo Dell Antonio Facchini. Os membros verificaram que a reunião conta com quórum para instalação e deram abertura aos trabalhos. Realizaram a leitura da pauta e relatórios de matérias submetidas para apreciação do colegiado, passando a discussão e deliberação dos itens de pauta.

1) Relatórios de julho de 2026: Os membros do comitê avaliaram os relatórios expedidos pela consultoria financeira i9 Advisory referente ao mês de julho de 2026, nos seguintes aspectos:

a. Rentabilidade dos investimentos: O comitê analisou a rentabilidade da carteira por categoria de investimentos comparando com a meta atuarial de 0,58%:

i. Fundos exclusivos de títulos de públicos: Esta classe de ativos superou a meta atuarial, pois teve resultado de 1,09% no agregado. Os fundos se comportaram conforme o previsto.

ii. Títulos públicos: Os títulos públicos renderam o montante de 0,60% no agregado, superando a meta atuarial do período. De igual forma com o item anterior foi conforme o esperado para o mês.

iii. Fundos de ações: Os fundos de ações no agregado do mês obtiveram um resultado ruim, sendo de – 3,87% em julho. Os fundos de ações no ano seguem muito abaixo da meta com resultado de 1,12% no acumulado.

- iv. Demais investimentos:** Quanto aos demais investimentos do instituto, cuja proporção na carteira é pequena destaca-se que a maioria teve retornos negativos no período, e que esta maioria segue categorizada como fundo ilíquido, cujo processo de desinvestimento é exógeno à vontade do instituto.
- b. Enquadramento da carteira à política de investimentos:** Reitera-se, neste item, o disposto nas reuniões anteriores, em especial a busca gradual do alinhamento da carteira do instituto à política de investimentos e à Resolução CMN 5.272/2025, em especial, quanto ao resgate dos fundos de ações e destino dos recursos aos fundos exclusivos de títulos públicos.
- c. Atingimento da meta atuarial:** De forma agregada julho foi um mês com resultado de 0,25% contra uma meta de 0,58%. No ano o HORTOPREV segue atrás da meta com resultado de 5,63% contra a meta de 6,80% (-1,17 p.p.). Cabe ressaltar que a principal motivação para o não atingimento desta meta é justificada pelos rendimentos negativos dos Fundos de Ações.
- d. Risco dos investimentos:** A análise de risco detalhada no relatório emitido pela consultoria trata basicamente do risco de mercado, que está dentro dos limites da política de investimentos, com ressalvas sobre investimentos no exterior, sendo no fechamento:
- i. Risco de mercado (*value-at-risk*):**
 - Carteira total: 1,41% contra um teto de 10%;
 - Renda fixa: 0,55% contra um teto de 7,5%;
 - Renda variável: 11,59% contra um teto de 17,5%;
 - Multimercados: 0,09% para multimercados contra um teto de 17,5%;
 - ii. Risco de crédito:** Quanto ao risco de crédito, reitera-se que a exposição do HORTOPREV é mínima e restrita em relação aos ativos ilíquidos que são exógenos à ação direta do instituto, sendo menor que 1% da carteira.
 - iii. Risco de liquidez:** O risco de liquidez também se mostra controlado, com 43,56% da carteira podendo ser resgatada em até 30 dias e com exposições imobilizadas em títulos públicos marcados na curva com o devido respaldo de estudo de gerenciamento de ativos e passivos.

e. Observações: O relatório contém os seguintes relatos para o mês de julho:

- Conforme consulta do perfil mensal disponibilizado na CVM, os cotistas classificados como RPPS possuem a participação de 64,10% do patrimônio líquido do BRA1 FI RENDA FIXA. Assim, não atende às condições estabelecidas pelo § 2º do art. 19 da Resolução CMN nº 5.272/25;
- Conforme consulta do perfil mensal disponibilizado na CVM, os cotistas classificados como RPPS possuem a participação de 80,00% do patrimônio líquido do LME REC IMA B FI RENDA FIXA. Assim, não atende às condições estabelecidas pelo § 2º do art. 19 da Resolução CMN nº 5.272/25;
- Conforme as restrições previstas na Resolução CMN nº 5.272/25, a alocação de recursos em ativos enquadrados no Artigo 7º V é permitida somente a partir do Nível II de aderência ao programa de certificação institucional (Pró-Gestão);
- Conforme as restrições previstas na Resolução CMN nº 5.272/25, a alocação de recursos em ativos enquadrados no Artigo 7º IX é permitida somente a partir do Nível IV de aderência ao programa de certificação institucional (Pró-Gestão);
- Conforme as restrições previstas na Resolução CMN nº 5.272/25, a alocação de recursos em ativos enquadrados no Artigo 8º I é permitida somente a partir do Nível II de aderência ao programa de certificação institucional (Pró-Gestão);
- Conforme as restrições previstas na Resolução CMN nº 5.272/25, a alocação de recursos em ativos enquadrados no Artigo 10º III é permitida somente a partir do Nível IV de aderência ao programa de certificação institucional (Pró-Gestão);
- Conforme as restrições previstas na Resolução CMN nº 5.272/25, a alocação de recursos em ativos enquadrados no Artigo 11º é permitida somente a partir do Nível III de aderência ao programa de certificação institucional (Pró-Gestão);
- O ativo LME REC IMA B FI RENDA FIXA não atende às condições estabelecidas pelo Artigo 21 da Resolução CMN nº 5.272/25;
- O ativo BRA1 FI RENDA FIXA não atende às condições estabelecidas pelo Artigo 21 da Resolução CMN nº 5.272/25;
- O ativo FI RF MONTE CARLO INSTITUCIONAL IMA-B 5 não atende às condições estabelecidas pelo Artigo 21 da Resolução CMN nº 5.272/25;
- O ativo FIDC TREND BANK B.F. MULT-SEN3 não atende às condições estabelecidas pelo Artigo 21 da Resolução CMN nº 5.272/25;
- O ativo FIDC PREMIUM não atende às condições estabelecidas pelo Artigo 21 da Resolução CMN nº 5.272/25;
- O ativo FIDC TREND BANK B.F. MULT-SEN4 não atende às condições estabelecidas pelo Artigo 21 da Resolução CMN nº 5.272/25;

- O ativo FIDC TREND BANK B.F. MULT-SEN 2 não atende às condições estabelecidas pelo Artigo 21 da Resolução CMN nº 5.272/25;
- O ativo LEME MULTISSETORIAL IPCA FIDC não atende às condições estabelecidas pelo Artigo 21 da Resolução CMN nº 5.272/25;
- O ativo GERACAO DE ENERGIA FIP MULTISTRATEGIA não atende às condições estabelecidas pelo Artigo 21 da Resolução CMN nº 5.272/25;
- O ativo FIP MULTISTRATÉGIA PUMA não atende às condições estabelecidas pelo Artigo 21 da Resolução CMN nº 5.272/25;
- O ativo BRASIL FLORESTAL FIC DE FIP não atende às condições estabelecidas pelo Artigo 21 da Resolução CMN nº 5.272/25;
- O ativo ÁQUILLA FI IMOBILIÁRIO - FII não atende às condições estabelecidas pelo Artigo 21 da Resolução CMN nº 5.272/25.

Porém, de acordo com o Art. 27 da Resolução CMN nº 5.272/25, não são considerados como inobservância aos limites e requisitos estabelecidos nesta Resolução os desenquadramentos passivos decorrentes da entrada em vigor desta norma, pelo prazo de dois anos ou até o vencimento do ativo, ficando vedadas novas aplicações.

Por fim, todos os membros do comitê de investimentos emitiram de forma unânime **parecer favorável** aos relatórios, que na ótica do colegiado apresenta adequadamente a posição, rentabilidade e riscos dos investimentos no referido mês. Tal relatório deve ser encaminhado ao Conselho Fiscal para avaliação e aprovação, nos termos do Pró-Gestão RPPS.

2) Avaliação dos contextos que impactam a carteira de investimentos: O comitê então se debruçou sobre os contextos atuariais, financeiros, orçamentários, econômicos e normativos que podem impactar decisões de investimentos presentes e futuras.

Contexto orçamentário e financeiro: Na execução do orçamento, nenhuma novidade foi encontrada pelos membros do comitê que fosse diferente do constatado em atas anteriores.

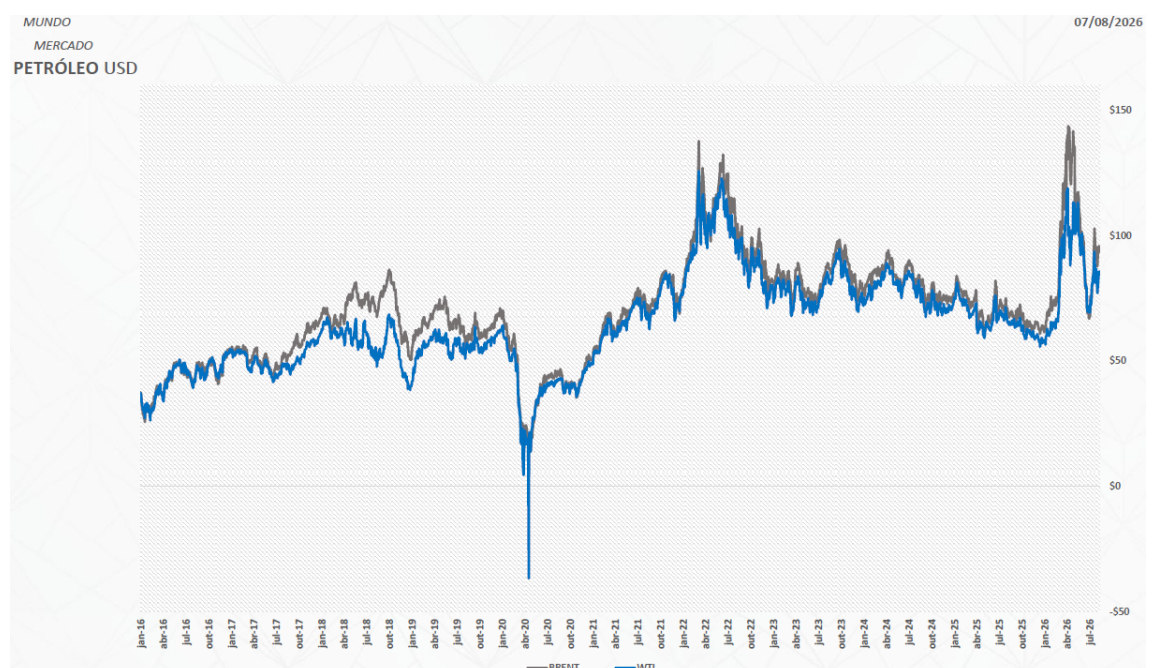
Contexto atuarial: Nenhuma alteração relevante da última reunião para esta foi verificada.

Contexto normativo: Nenhuma alteração do cenário do mês anterior.

Contexto macroeconômico: A carteira de investimentos do Hortoprev possui 90,46% de recursos aplicados em Renda Fixa e 9,32% em Renda Variável, além de 0,13% em Investimentos Estruturados e 0,09% em Fundos Imobiliários. Com quase a totalidade dos investimentos concentrados em renda fixa e variável, os movimentos diários da economia externa e interna afetam diretamente o comportamento do preço desses ativos, sejam eles títulos públicos ou ações. Sendo assim, de forma a entender o

comportamento desses ativos em julho, passamos a uma análise do cenário econômico global e nacional.

Cenário Externo: No cenário externo, permanecem as incertezas geradas pela guerra dos EUA contra o Irã e o consequente fechamento parcial do Estreito de Ormuz, por onde transitam cerca de 20% da produção global de petróleo e gás, o que tem causado grande volatilidade no preço do petróleo e assim uma crescente pressão sobre os preços, não apenas dos combustíveis e derivados, mas dos fretes marítimos, da energia, de matérias primas e alimentos, causando temor de uma aceleração da inflação nas principais economias do mundo. O petróleo tipo Brent, o mais negociado no mundo, teve uma alta de 23,59% em julho, fechando o mês cotado a US\$ 90,12/barril.

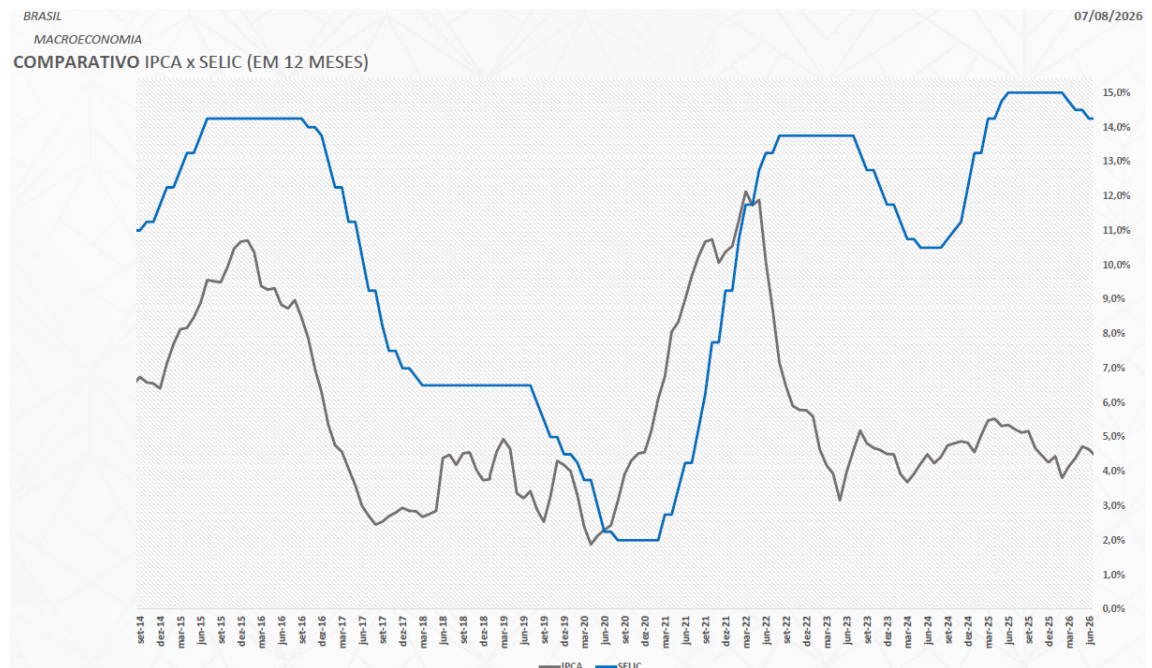


Com a inflação pressionada globalmente pelos efeitos do conflito, sem prazo para terminar, Bancos Centrais pelo mundo sinalizaram a manutenção das taxas de juros e até a possibilidade de elevação. O Banco Central Europeu (BCE) manteve a taxa em 2,25% em julho, após uma aceleração da inflação para 2,9% ao ano, pressionada pelos preços de energia. Já nos EUA, a inflação desacelerou para 3,4% no acumulado em 12 meses, e o Federal Reserve (FED), banco central dos EUA, manteve a taxa básica de juros na faixa de 3,50% a 3,75%. Entretanto, três membros dentro do Comitê de Mercado Aberto (FOMC), composto por membros regionais do Federal Reserve, votaram pelo aumento da taxa de juros, considerando que a inflação está acima da meta de 2%.

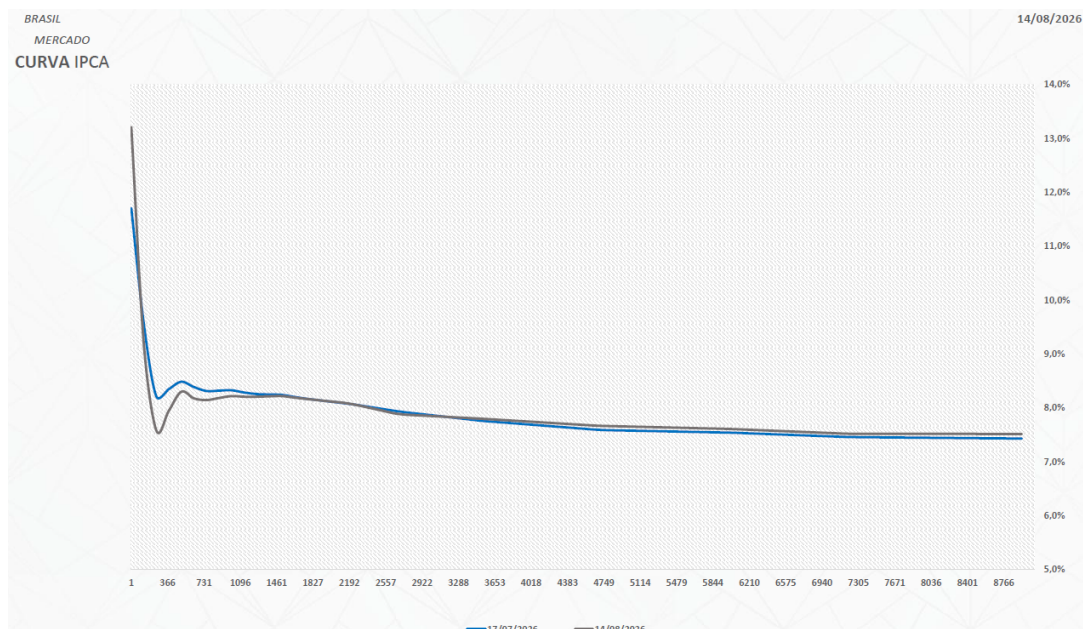
Diante desse cenário conturbado, o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou relatório onde reduziu a previsão de crescimento global para 3% este ano em função

principalmente do conflito no Oriente Médio e da desaceleração da economia chinesa, com crescimento de 4,3% no trimestre, percentual considerado baixo para os padrões da segunda maior economia do planeta.

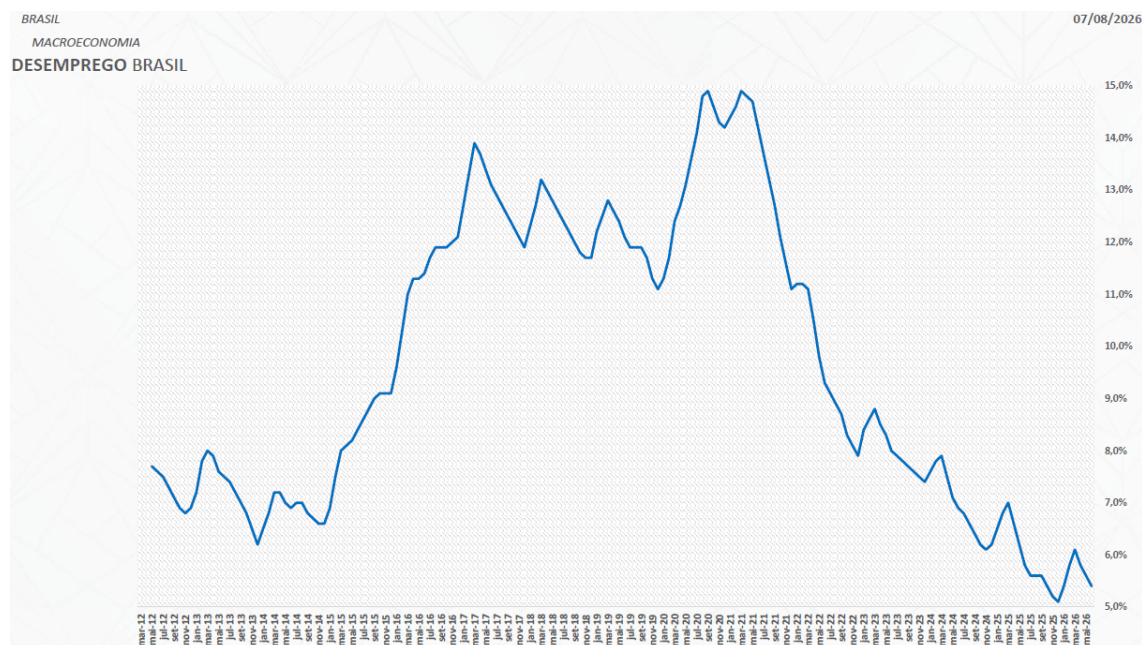
Cenário Interno: Internamente, a economia registrou desaceleração da inflação, com IPCA de 0,07% em julho frente a 0,16% em junho e 0,58% em maio. No acumulado em 12 meses a inflação recuou para 4,44% (estava em 4,64% em junho), portanto abaixo do teto da meta de inflação (4,50%). Com isso, o Copom deu continuidade a trajetória de redução da taxa Selic que teve início em março/26. Na reunião de 05 de agosto ocorreu mais uma queda de 25 pontos-base, reduzindo a taxa para 14%.



Diante desse cenário, a curva de juros futuros apresentou queda das taxas de curto prazo refletindo alívio do mercado com a redução da inflação atual e alta das taxas de longo prazo, em função da preocupação com a situação fiscal futura, especialmente a relação ao crescimento da relação dívida/PIB no longo prazo, além da alta das taxas dos títulos de 10 anos do tesouro dos EUA.



Já o crescimento econômico mostra sinais de desaceleração moderada como consequência principalmente dos juros ainda elevados. Em junho, conforme os últimos dados disponíveis no IBGE, a indústria recuou 1,8%, o comércio cresceu 0,5% e os serviços ficaram estagnados. O desemprego no 2º trimestre permanece no mínimo histórico de 5,4%. Apesar no novo tarifaço imposto aos produtos brasileiros pelos EUA, que reduziu em 5% as exportações a esse país em julho, as exportações em geral cresceram 6,2% em relação ao ano anterior e o país teve superávit de US\$ 7,067 bilhões na balança comercial, com acumulado de US\$ 49,03 bilhões desde janeiro.



A Bolsa de Valores de certa forma reflete o comportamento da economia e as expectativas do mercado financeiro: o Ibovespa teve uma alta de 3,47% em julho, fechando em 177.999 pontos, devido à forte entrada de investimentos estrangeiros, à

queda da inflação e consequente redução da taxa Selic bem como pela valorização de exportadoras de matérias primas como a Petrobras e desempenho das ações do setor financeiro.

Expectativas de mercado: Em função dos acontecimentos externos e internos da economia, os principais agentes econômicos formam e ajustam suas projeções para a economia brasileira, como pode ser observado no Focus - Relatório de Mercado . O último relatório disponível de 14/08/26, trouxe as seguintes projeções para 2026:

IPCA (variação %): 5,02% - estável em relação ao relatório anterior

PIB (variação %): 1,98% - estável em relação ao relatório anterior

Câmbio (R\$/US\$): R\$ 5,20 – estável em relação ao relatório anterior

Selic (% a.a): 13,75% - estável em relação ao relatório anterior

RELATÓRIO FOCUS				
INDICADORES DE MERCADO	2026	2027	2028	2029
IPCA (%)	5,02%	4,24%	3,80%	3,50%
PIB TOTAL (VARIAÇÃO % SOBRE ANO ANTERIOR)	1,98%	1,50%	1,89%	2,00%
CÂMBIO (R\$/US\$)	5,2	5,2867	5,3	5,36
SELIC (%)	13,75%	12,00%	10,50%	10,00%
IGP-M (%)	4,71%	4,10%	3,93%	3,85%
IPCA ADMINISTRADOS (%)	4,70%	3,87%	3,56%	3,50%
CONTA CORRENTE (US\$ BILHÕES)	-60,0	-59,15	-62,45	-62,0
BALANÇA COMERCIAL (US\$ BILHÕES)	77,9	78,0	76,825	77,4546
INVEST. DIRETO NO PAÍS (US\$ BILHÕES)	79,4555	79,5	80,0	80,0
DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (% DO PIB)	69,90%	73,40%	76,40%	79,00%
RESULTADO PRIMÁRIO (% DO PIB)	-0,50%	-0,40%	-0,22%	-0,12%
RESULTADO NOMINAL (% DO PIB)	-8,79%	-8,30%	-7,70%	-7,33%

Impactos na carteira do Hortoprev: Quando se analisa o resultado pela posição dos ativos e enquadramento temos que a Renda Fixa teve rentabilidade de 0,69%, portanto acima da meta. Nesse grupo, os Fundos de Renda Fixa 100% de títulos públicos tiveram ganho de 1,09%, enquanto as aplicações diretas em Títulos do Tesouro Nacional ficaram bem próximos da meta: 0,60%. Isso porque grande parte dos títulos está marcada na curva e alta das taxas de juros de longo prazo provoca desvalorizações nesses títulos que possuem taxas menores que as oferecidas no período analisado. Lembramos que, mesmo que o desempenho tivesse sido negativo, não haveria prejuízo para o Hortoprev desde que esses títulos sejam carregados até o vencimento, quando renderão exatamente a taxa contratada no momento do investimento inicial. Ainda no caso da Renda Fixa temos os Fundos de Renda Fixa e os FIDCS, que são fundos estressados, que tiveram performance negativa.

Já em relação ao grupo Renda Variável, apesar do desempenho positivo do Ibovespa no período, os dois fundos de ações performaram negativamente com -3,87% no período e desempenho de apenas +1,12% no ano. Importante destacar que os fundos

não acompanham o IBOVESPA por serem de gestão ativa e conterem ativos de Small Caps e parcela de investimentos no exterior. Os grupos de Investimentos Estruturados e de Fundos Imobiliários, que respondem por apenas 0,22% da carteira, tiveram rentabilidade de -0,05% e +0,25% respectivamente.

Com relação aos impactos desse cenário econômico na carteira de investimentos do Hortoprev como um todo, temos que a rentabilidade da carteira em julho foi de 0,25% frente a uma meta de 0,58% (IPCA+5,72%), portanto abaixo 0,33 pontos percentuais da meta. No acumulado do ano a rentabilidade foi de 5,63%, abaixo 1,17 pontos percentuais da meta de 6,80% para o período.

3) Alteração da composição do comitê de investimentos: Considerando a publicação da Portaria nº 046/2026 que nomeou e reconduziu os membros deste Comitê somados ao fato de que nos últimos meses houve a participação dos membros suplentes e representantes do Hortoprev na tentativa de propor uma transição de mandato mais tênue garantindo a continuidade das rotinas de gestão, o alinhamento das estratégias de aplicação dos recursos e a plena integração dos novos integrantes aos trabalhos do Comitê.

4) Análise de Fundos e Credenciamentos:

a) **Análise de fundos:** Tendo recebido em 19/08/2026 os processos SEI 3519071.419.00000597/2026-15 (BB PREVIDENCIARIO RENDA FIXA IRF-M1 TP FIF FIC LTDA) e 3519071.419.00000594/2026-81 (BB PREVIDENCIARIO RENDA FIXA IMA-B TP FIF FIC LTDA), os membros do comitê de investimentos passaram a realizar a avaliação dos produtos em questão. Em geral, os membros do comitê analisaram e concluíram que os fundos estão aderentes e aptos a receber aplicações do HORTOPREV pois contam com riscos, custos e rendimentos dentro e acima dos padrões de mercado, são adequados à estrutura de liquidez da carteira do instituto e possuem política de investimentos simples e enquadrada à nova resolução como um fundo exclusivo de títulos públicos.

b) **Análise de instituições financeiras para fins de credenciamento:** Tendo recebido em 19/08/2026 o processo SEI 3519071.419.00000588/2026-24 (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL), em 21/08/2026 o processo SEI 3519071.419.00000631/2026-51 (BB DTVM) e o processo SEI 3519071.419.00000633/2026-41 (BANCO DO BRASIL) membros do comitê avaliam que as empresas em análise atendem os requisitos o disposto na Resolução 01/2026 – que trata dos critérios de credenciamentos dos fundos de investimentos, além de serem todas instituições renomada de alto nível reconhecida dentro do mercado de RPPS como um todo e, portanto, encontra-se apta a se credenciar

junto ao instituto, podendo as ressalvas emitidas nos relatórios dos pareceres ou serem relevadas pela Diretoria do HORTOPREV, a qual não colocamos óbices.

5) Projeções e propostas de movimentações:

Considerando os resultados históricos, o cenário econômico e as projeções até o final do ano, as opções de movimentação da carteira do Hortoprev são limitadas. Isso porque a única opção de movimentação seria resgate parcial ou total das aplicações em renda variável e aplicação em renda fixa, o que ainda assim, não alteraria o resultado final da carteira em relação ao atingimento da meta atuarial.

6) Encerramento: Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião. Esta ata foi redigida sumariamente pelo membro do Comitê de Investimentos, Sr^a. Carolina Saraiva Leal Brito, e assinada por todos os demais membros deste Comitê e seguirá para publicação no Diário Oficial de Hortolândia.

Carolina Saraiva Leal Brito
Comitê de Investimentos - HORTOPREV
CP RPPS CGINV I

Jefferson Ribeiro de Freitas
Comitê de Investimentos - HORTOPREV
CP RPPS CGINV II

Cristiano Rezende Penha
Comitê de Investimentos – PMH/SMF
CP RPPS CGINV II

Hélio Soares de Oliveira
Comitê de Investimentos – PMH/SMF
CP RPPS CGINV I